

ROSTONIO UCHÔA

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

3ª Edição

**EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2017**

Copyright © 2017 by Rostonio Uchôa

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini
Revisão Ortográfica: Agnes Priscila Martins de Moraes
Ruth Geisiane Alves da Silva

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Uchôa, Rostonio

Curso de Direito Processual Constitucional. /Rostonio Uchôa. -
3. ed.- Rio de Janeiro :Lumen Juris, 2017.
492 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 439-448.

ISBN: 978-85-519-0048-2

1. Direito Processual Constitucional - Brasil. 2. Jurisdição Cons-
titucional - Controle - Supremo Tribunal Federal. 3. Novo Código
de Processo Civil. I. Título.

CDD - 341.4

Sumário

Prefácio da 3ª Edição.....	VII
Nota à 2ª Edição.....	IX
Nota à 1ª Edição.....	XI
Apresentação da 3ª Edição.....	XIII
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	XVII

Unidade I –

Teoria Geral do Processo Constitucional

Capítulo 01 – Aspectos Introdutórios do Processo Constitucional	1
1. Introdução ao Direito Processual Constitucional.....	1
2. A Evolução Histórica do Processo Constitucional.....	3
3. Das Relações entre Constituição e Processo.....	8
4. A Tutela Constitucional do Processo	10
5. Autonomia Científica do Direito Processual Constitucional	10
Capítulo 02 – Os Princípios do Processo Constitucional	15
1. Noção.....	15
2. Princípios Comuns ao Processo.....	15
2.1. Devido Processo Legal.....	15
2.2. Inafastabilidade de Jurisdição.....	17
2.3. Ampla defesa e contraditório	18
2.4. Juiz natural	21
2.5 Motivação das Decisões Judiciais.....	23
2.6. Princípio da Publicidade	26
2.7. Inércia do Poder Judiciário.....	26
3. Princípios Específicos do Direito Processual Constitucional.....	27
3.1. Princípio do Pedido ou da Demanda	27
3.2. Princípio da Congruência Mitigada	27
3.3. Princípio da Instrução	29

3.4. Princípio da Individualização	30
3.5. Princípio da Indisponibilidade.....	30
4. Dos Princípios de Hermenêutica Constitucional	31
4.1. Princípio da Supremacia das Normas Constitucionais	31
4.2. Princípio da Unidade da Constituição	32
4.3. Princípio da Efetividade da Norma Constitucional	33
4.4. Princípio da Simetria Constitucional	33
4.5. Presunção de Constitucionalidade das Normas Infraconstitucionais ...	34
4.6. Princípio da “Justeza” ou da Conformidade Funcional.....	34
4.7. Princípio do Efeito Integrador.....	35
4.8. Princípio da Concordância Prática ou Harmonização	35
5. Métodos de interpretação da Constituição	36
5.1. Método jurídico (Hermenêutico Clássico).....	36
5.2. Métodos Modernos de Interpretação da Constituição	36
Capítulo 03 – Jurisdição Constitucional.....	39
1. A ideia tradicional de Jurisdição	39
2. Justiça, jurisdição e processo constitucional.....	40
3. A Jurisdição Constitucional	41
3.1. Conceito	41
3.2. Objeto	43
3.3. Conteúdo.....	44
3.4. Finalidade	46
4. Da natureza jurídica da Jurisdição Constitucional.....	47
5. Legitimação Democrática da Jurisdição Constitucional	48
Capítulo 04 – Da Inconstitucionalidade das Normas.....	51
1. Noção (Constitucionalidade e Inconstitucionalidade)	51
2. Supremacia Constitucional	51
3. Supremacia da Constituição Material e Formal.....	52
4. Rigidez e Supremacia Constitucional.....	53
5. Bloco de Constitucionalidade (Parametricidade)	58

6. Classificação das Inconstitucionalidades	60
6.1. Inconstitucionalidade Formal e Material	60
6.1.1. Inconstitucionalidade Formal	60
6.1.2. Inconstitucionalidade Material.....	66
6.2. Inconstitucionalidade por Ação e Omissão	68
6.3. Inconstitucionalidade Total e Parcial.....	71
6.4. Inconstitucionalidade Direta e Indireta	77
6.5. Inconstitucionalidade Originária e Superveniente (não recepção)	79
7. Constitucionalização Superveniente	81
8. Consequências da Inconstitucionalidade (Nulidade Temperada)	84
9. Mutação Constitucional.....	87
10. Estado de Coisas Inconstitucional.....	88
Capítulo 05 – O Controle de Constitucionalidade.....	91
1. Noção.....	91
2. Razão de Ser	91
3. Espécies de Controle de Constitucionalidade	92
3.1. Quando ao �rg�o Fiscalizador	92
3.2. Quanto ao Momento da Fiscalização	93
3.3. Quanto ao Número de Legitimados para o Controle	94
3.4. Quanto ao Modo de Manifestação	95
3.5. Quanto ao Objeto da Análise	96
3.6. Quanto � Existência de Sujeitos Envolvidos.....	98
4. Dos Sistemas de Controle de Constitucionalidade	99
4.1. Do Modelo Americano de Controle	99
4.2. Sistema Austríaco (Hans Kelsen)	100
4.3. Sistema Franc�s	101
4.4. Sistema Alemão	102
4.5 Sistemas Híbridos.....	103
5. Controle de Convencionalidade.....	104

Unidade II –

O Controle da Constitucionalidade no Brasil

Capítulo 06 – Modelo Brasileiro de Controle de Constitucionalidade	109
1. Evolução	109
1.1. Constituição do Império de 1824.....	109
1.2. Constituição Republicana de 1891	110
1.3. Constituição de 1934.....	110
1.4. Constituição de 1937	111
1.5. Constituição de 1946.....	111
1.6. Constituição de 1967.....	111
1.7. Constituição de 1988	112
2. Controle Político de Constitucionalidade	113
2.1. Apreciação pelas Comissões Parlamentares de Constituição e Justiça.....	113
2.2. Veto Presidencial.....	113
2.3. Suspensão da Execução de Lei pelo Senado Federal	114
2.4. Controle de Constitucionalidade pelos Tribunais de Contas	117
2.5. Controle de Constitucionalidade Repressivo pelo Poder Executivo ...	118
3. Controle Jurisdicional de Constitucionalidade	119
3.1. Controle Concentrado e Abstrato	119
3.2. Controle Difuso e Concreto	121
3.2.1. Controle Jurisdicional Preventivo	121
Capítulo 07 – Da organização da Jurisdição	
Constitucional no Brasil - O Supremo Tribunal Federal -	125
1. Origem Histórica.....	125
2. Composição.....	125
3. Competência	126
3.1. Originária (art. 102, I, CF)	127
3.2. Recursal Ordinária (art. 102, II)	128
3.3. Recursal Extraordinária	129
4. Possibilidade de Edição de Súmulas Vinculantes	129

Capítulo 08 – Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI -	131
1. Noção.....	131
2. Competência para julgamento	131
3. Legitimados para a propositura	132
3.1. Legitimados Universais	133
3.2. Legitimados Especiais.....	136
4. Demais atores no processo de ADI	141
4.1. Autoridade da qual emanou o ato impugnado	141
4.2. Advogado-Geral da União	142
4.3. Procurador-Geral da República	143
4.4. O Amicus Curiae	144
4.5. Informações de Tribunais.....	146
5. Petição Inicial.....	147
6. Do Quórum para Declaração de Inconstitucionalidade	150
7. Do Objeto de Declaração de Inconstitucionalidade.....	151
7.1. Violação Direta.....	151
7.2 Inconstitucionalidade Originária	152
7.3 Atos com densidade normativa	153
7.4. Atos vigentes (Juridicamente Existentes)	154
7.5. Atos federais ou estaduais.....	156
7.6. Emenda Constitucional é Suscetível de Controle	157
7.7. Controle da Constitucionalidade de Tratados Internacionais	159
7.8. Impossibilidade de controle de Súmulas.....	159
7.9. Controle de Medidas Provisórias	159
7.10. Controle Sobre Parcela do Ato Impugnado	164
8. Dos Efeitos da Decisão.....	165
8.1. Modulação dos Efeitos	166
8.2. Teoria da Transcendência dos Motivos Determinantes	169
8.3. Inconstitucionalidade das normas paralelas.....	171
8.4. Inconstitucionalidade por Arrastamento	172

8.5. Caráter Dúplice da Decisão	173
8.6. Revigoração dos Efeitos de Norma Revogada	174
8.7. Declaração Sucessiva de Inconstitucionalidade.....	174
8.8. Inconstitucionalidade Progressiva (e as Situações Constitucionais Imperfeitas)	175
9. Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	176
10. Rito abreviado (Art. 12 da Lei nº 9.868/99).....	177
11. Julgamento Imediato do Mérito.....	178
Capítulo 09 – Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão - ADO -....	181
1. Noção.....	181
2. Finalidade	181
3. O Objeto da Declaração de Inconstitucionalidade por Omissão.....	182
4. Competência	183
5. Procedimento	184
6. Efeitos da Decisão	186
7. Medida Cautelar.....	190
Capítulo 10 – Ação Declaratória de Constitucionalidade - ADC -	193
1. Noção.....	193
2. Competência	194
3. Objeto	195
4. Legitimidade	195
5. Demais Atores do Processo.....	196
6. Processo e Julgamento.....	197
7. Medida Cautelar.....	198
8. Efeitos da Decisão Final.....	199
Capítulo 11 – Arguição de descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF -	201
1. Noção.....	201
2. Preceitos Fundamentais	201
3. Objeto	203

3.1. Atos Anteriores à Nova Constituição	204
3.2. Atos Concretos e de Estatuta Infralegal.....	205
3.3. Controle abstrato de Lei Municipais	206
3.4. Em face de Atos Judiciais	207
3.5. Impossibilidade de Atacar Veto	210
3.6. Subsidiariedade	211
4. Legitimados.....	211
5. Modalidades de ADPF.....	212
5.1. Autônoma ou Direta	212
5.2. Arguição Incidental.....	212
6. Processo e Julgamento.....	213
7. Demais Atores do Processo	215
8. Medida Liminar	216
Capítulo 12 – Representação Interventiva	217
1. Noção.....	217
2. Natureza	217
3. Objeto	218
4. Legitimidade	220
5. Petição inicial.....	220
6. Procedimento	221
Capítulo 13 – Controle de Constitucionalidade	
em Face das Constituições Estaduais.....	225
1. Noção.....	225
2. O Parâmetro de Controle (Kontrollmassstäbe).....	226
2.1. A Inconstitucionalidade do Parâmetro de Controle (Carta local)	229
3. Os Instrumentos de Controle.....	230
4. Competência para Julgamento	231
5. Os Legitimados para Propositura	231
6. Os demais atores processuais	233
7. A Abrangência e Efeitos da Decisão	234

8. Conflitos entre Controle Estadual e Controle Federal de Constitucionalidade.....	235
8.1. Simultaneidade do Controle Estadual e Controle Federal	236
8.2. Decisão Anterior do TJ e Decisão Posterior do STF.....	236
8.3. Decisão Anterior do STF e Posterior Controle Perante o TJ	237
9. Da Recorribilidade da Decisão em ADI Estadual	237
9.1. Normas de Reprodução Obrigatória	240
10. O Problema da Competência para Legislar Sobre o Processo Constitucional	243
Capítulo 14 – Controle Difuso	245
1. Noção	245
2. Legitimidade para Proposição	246
3. Competência para Apreciar a Inconstitucionalidade	246
4. Cláusula de Reserva de Plenário	249
4.1. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade no Novo Código de Processo Civil.....	251
5. Atuação do STF (art. 102, III, CF).	252
6. Momento de arguição.	253
7. Dos Efeitos da Decisão em Controle Difuso	254
8. O Controle Concreto Diante da Superveniência de Decisão em Controle Abstrato	255
Capítulo 15 – Recurso Ordinário Constitucional - ROC -	261
1. Noção	261
1.1. Peculiaridades do ROC.....	262
2. Competência para Julgamento	263
3. Hipóteses de cabimento	263
3.1. Recurso Ordinário para o STF em Habeas Corpus, o Mandado de Segurança, o Habeas Data e o Mandado de Injunção Decididos em Única Instância pelos Tribunais Superiores, se Denegatória a Decisão.....	263
3.2. Recurso Ordinário para o STF em Crime Político.....	264

3.3. Recurso Ordinário para o STJ em Habeas Corpus e Mandados de Segurança Denegados por TJs e TRFs	264
3.4. Recurso Ordinário para o STJ em Causas em que Forem Partes Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional, de um Lado, e, do Outro, Município ou Pessoa Residente ou Domiciliada no País;.....	265
4. Procedimento	265
5. Fungibilidade	266
5.1. Recurso Extraordinário e Recurso Ordinário	266
5.2. Recurso de Apelação e Recurso Ordinário	267
Capítulo 16 – Recurso Extraordinário - RE -	269
1. Noção	269
2. Objeto	269
2.1. Decisão que contrariar dispositivo da Constituição	271
2.2. Tratado ou Lei Federal Declarados Onconstitucionais	274
2.3. Lei ou Ato de Governo Local em Face da Constituição	276
2.4. Lei Local Contestada em Face de Lei Federal.....	277
3. Legitimidade	278
4. Procedimento	279
4.1 Prazo.....	279
4.2. Requisitos Específicos.....	280
4.3. Do Julgamento dos Recursos Extraordinários Repetitivos	289
4.4. Agravo para Destrancar RE	291
5. Interposição Simultânea REsp e RE.....	294
6. Efeitos da Decisão	295
Capítulo 17 – As Súmulas Vinculantes	297
1. Noção.....	297
2. O Objeto	299
3. Espécies	300
3.1. Interpretativa	300

3.2. Integrativa	300
4. Análise sobre a Constitucionalidade das Súmulas Vinculantes	301
5. Procedimento para Edição, Alteração e Cancelamento	302
6. Descumprimento da Súmula Vinculante	304
7. Dos Efeitos da Súmula Vinculante	304
8. O Novo CPC e a Súmula Vinculante	305
Capítulo 18 – Reclamação Constitucional no	
Âmbito do Supremo Tribunal Federal	307
1. Noção	307
2. Natureza Jurídica.....	309
3. Cabimento.....	311
3.1. Preservar a Competência do STF	311
3.2. Garantir autoridade das decisões do STF	313
3.3. Ato que Contrarie Súmula Vinculante	316
3.3.1. Decisão que Contrarie Súmula (Não Vinculante) do STF em Matéria Constitucional.....	317
3.4. Caracterização de Teratologia (Flagrante Ilegalidade)	318
3.5. Análise Sobre Cabimento de Reclamação em Casos de Erro de apreciação de Repercussão Geral pelo Tribunal a Quo	319
4. Procedimento	320
5. A Reclamação no Novo Código de Processo Civil	322

Unidade III –

Dos Remédios Constitucionais

Capítulo 19 – Características Gerais	327
1. Características Gerais dos Remédios Constitucionais.....	327
Capítulo 20 – Habeas Corpus.....	329
1. Noção.....	329
2. Origem Histórica	330

3. Legitimidade	332
3.1. Impetrante	332
3.2. Paciente	333
3.3. Legitimidade Passiva	334
4. Modalidades	336
4.1. Habeas Corpus Liberatório	336
4.2. Habeas Corpus Preventivo	336
5. Cabimento	337
6. Procedimento	341
7. Competência	344
7.1. Competência do Supremo Tribunal Federal	344
7.1.1. Originária	344
7.1.2. Recursal	347
7.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça	347
7.2.1. Originária	347
7.2.2. Recursal	347
7.3. Competência dos Tribunais de Justiça	348
7.3.1. Originária	348
7.3.2. Recursal	348
7.4. Competência do Juiz de Direito	349
7.5. Competência da Justiça Federal	349
7.5.1. Juiz Federal	349
7.5.2. Tribunal Regional Federal	349
7.6. Competência das Justiças Especializadas	350
8. Recorribilidade	350
9. Quadro Sistemático da Competência em Habeas Corpus do STF e STJ ...	353
Capítulo 21– Habeas Data	355
1. Noção	355
2. Previsão Normativa	355
3. Objeto	356

4. Titularidade.....	358
5. Condição de Procedibilidade. Prévia Recusa. Interesse de Agir	362
6. Da Competência para Julgamento	364
7. Procedimento	365
Capítulo 22 – Mandado de Segurança	367
1. Noção.....	367
2. Origem Histórica	367
3. Espécies	368
4. Cabimento.....	369
5. Titularidade.....	372
5.1. Ativa.....	372
5.2. Passiva	375
5.2.1. Teoria da Encampação.....	379
6. Competência	381
6.1. Da Competência do STF.....	381
6.2. Da Competência do STJ	384
6.3. Da Competência dos Tribunais Estaduais	385
6.4. Da Competência da Justiça Federal	387
7. Procedimento	390
7.1. Prazo Decadencial para Impetração	390
7.2. Petição Inicial.....	393
7.3. Liminar em Mandado de Segurança	394
7.4. Suspensão da Segurança.....	395
7.5. Prestação das Informações e Contestação	396
7.6. Opinativo ministerial	397
7.7. Decisão	399
Capítulo 23 – Mandado de Injunção.....	401
1. Noção.....	401
2. Mandado de Injunção e ADI por Omissão.....	403
3. Requisitos.....	403

4. Espécies	407
5. Legitimados	407
5.1. Legitimidade Ativa	407
5.2. Legitimidade Passiva	410
6. Competência	413
6.1. Supremo Tribunal Federal	413
6.2. Superior Tribunal de Justiça	414
6.3. Justiça Federal	415
6.4. Justiça Estadual	417
6.5. Quadro Sistemático da Competência em Mandado de Injunção	418
7. Efeitos da Decisão em MI	419
8. Procedimento	422
8.1. Petição Inicial	422
8.2. Recebimento da Inicial	423
8.3. Parecer do Ministério Público	424
8.4. Decisão	424
8.4.1. Eficácia das Decisões no MI Individual	425
8.4.2. Eficácia da Decisão no MI Coletivo	425
8.5. Aplicação Subsidiária do CPC	426
Capítulo 24 – Ação Popular	427
1. Noção	427
2. Objeto	429
3. Legitimidade	431
3.1. Legitimidade Ativa	431
3.2. Legitimidade Passiva	432
4. Procedimento	434
Referências	439
Relação das súmulas vinculantes	449